

EM DEFESA DO BEP

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Associação dos Servidores do Banco do Estado do Piauí vem desenvolvendo, através dos meios de comunicação de massa, meritória campanha com vistas a recuperar e preservar aquele tradicional estabelecimento de crédito.

Para isso, a entidade denuncia e repele a excessiva e nefasta interferência da política partidária na condução dos negócios do BEP. Evidenciada por favorecimentos descabidos, essa interferência tem causado constantes prejuízos operacionais, desvios de finalidade e inquietações para seus clientes e servidores.

O quadro se agravou profundamente no atual Governo. Aliás, tudo piorou para o Piauí e os piauienses nesta segunda gestão do Sr. Alberto Silva, marcada pelo descalabro administrativo e financeiro, pela perseguição, pelo aviltamento salarial dos servidores, pelo empreguismo e por outras incontáveis mazelas.

No que concerne ao Banco do Estado do Piauí, tamanhas eram as irregularidades ali praticadas que o Banco Central houve por bem nele intervir, submetendo-o ao regime de administração especial temporária, decretada por ato de 7 de junho de 1989, afastando sua diretoria e nomeando novos administradores.

O mesmo Banco Central logo depois nomeava, por ato de 21 de junho, comissão de inquérito para apurar as causas que levaram a instituição à bancarrota, bem como a responsabilidade de seus administradores, cujo bens foram postos em indisponibilidade. A comissão elaborou circunstanciado e insuspeito relatório, que o **Diário do Povo**, vibrante jornal que se edita em Teresina, publicou na íntegra em sua edição de 18 de fevereiro último.

Quem se der ao trabalho de ler esse relatório não se furtará ao dever de admitir que o BEP fora transformado, de forma irresponsável e criminosa, em simples tesouraria do Estado e, mais que isso, em caixa financiadora de projetos e sonhos mirabolantes do próprio Governo e dos amigos do poder. De fato, o Governo não só nele sacava na medida de suas ilimitadas necessidades, como também a ele transferia compromissos assumidos com outras instituições. Ademais, numa orgia sem precedentes com os recursos do contribuinte, impunha-lhe perdoar dívidas e financiar projetos desastrosos.

Dentre esses projetos desastrosos, cabe destacar o famoso “navio do sal” financiado a um sobrinho do Governador a juros de 2% ao ano, sem correção monetária, cuja festa de inauguração varou dias e noites. O navio, sem água para navegar nem sal para transportar, desapareceu misteriosamente. Também, misteriosamente, desapareceram os recursos destinados a outro projeto não menos desastroso, qual seja o de fabricação do “arranca-toco”, fruto, tanto quanto o primeiro, da improvisação, do esbanjamento e da megalomania.

Isto explica por que a administração estadual, direta e indireta, detinha, na data da intervenção, nada menos de 84% do volume de recursos emprestado pelo banco.

Se não bastasse essa absurda concentração de recursos em setor não produtivo, não menos grave é o fato de 95% das operações de crédito serem realizadas com 20 clientes apenas, dentre os quais o próprio Governo, como vimos atrás.

Some-se a isso o elevado índice de inadimplência desses poucos clientes, sabido que o Governo estadual jamais honrou qualquer compromisso assumido com a instituição.

Está claro que o BEP, contrariando suas finalidades estatutárias, praticamente renunciou, no Governo Alberto Silva, ao seu papel de agente de desenvolvimento, capaz de estimular a expansão e diversificação das atividades produtivas, para se converter em cartório de alguns privilegiados, à sombra da impunidade do poder.

Vale salientar, por outro lado, que a queda do BEP coincide justamente com o período em que os bancos e demais instituições financeiras obtiveram seus maiores lucros, embalados pela ciranda financeira. Até os bancos estaduais outrora deficitários e, por isso mesmo, submetidos nos idos de 1986/1987 ao regime de intervenção do Banco Central, voltaram a exhibir sinais de franca recuperação, motivo de seu retorno ao controle administrativo dos respectivos governos, devidamente saneados.

Ora, se o BEP não sofrera intervenção naquela época, a exemplo de outros estabelecimentos de Estados economicamente mais fortes, por certo sua situação não apresentava qualquer anormalidade.

Aliás, o próprio Banco Central, em matéria então amplamente divulgada, o excluía da lista dos bancos estaduais passíveis de intervenção, reconhecendo ser satisfatória sua saúde financeira.

Se, decorridos quase três anos, a situação se agrava ao ponto de consumir-se a intervenção, somente os abusos posteriormente praticados podem justificá-la. E sobre a responsabilidade do Governo estadual no episódio, o relatório é de uma clareza cristalina:

“Os fatos relatados demonstram o contínuo deperecimento do patrimônio da instituição. As irregularidades apontadas como ruinosas aos interesses sociais (item 4), entretanto, por si sós não levariam o bando à difícil situação financeira a que chegou, inferindo-se como principal fator de seu declínio a inadimplência do Governo do Estado do Piauí”.

Poderíamos aqui analisar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma a uma as irregularidades apontadas nas conclusões da comissão de inquérito. No entanto, como a apuração se processa em órgão acima de qualquer suspeita, como o Banco Central, só nos resta aguardar seu resultado final e, ao mesmo tempo, apoiar a campanha encetada pela ARBEPI, firmemente dispostos a impedir que o Banco do Estado do Piauí, agora, em fase de recuperação, volte às mãos criminosas dos que o saquearam.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Átila Lira.

O Sr. **Átila Lira** – Nobre Deputado Jesualdo Cavalcanti, quero juntar-me ao trabalho e à luta de V. Exa. e dos funcionários do Banco do Estado do Piauí para preservar a única instituição financeira que pertence ao povo do nosso Estado e que, neste momento, precisa, mais do que nunca, do trabalho da bancada federal e de toda a comunidade. Quero também registrar que a intervenção ocorrida naquele banco tem uma história curta, mas que é bom destacá-la. Ainda no Governo Sarney, estivemos com o Presidente da República, juntamente com V. Exa. e os Senadores e Deputados do PFL e do PDS, a fim de pedir a S. Exa. que o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, adotasse medidas para resolver o problema do Banco do Estado do Piauí. Tal pedido resultou na intervenção que, graças a Deus, proporcionou a recuperação rápida do banco. Relatório recente demonstra que a situação de iliquidez daquela instituição foi causada sobretudo pelo empreguismo e pelos desmandos do Governo atual. Demonstra, ainda, que os Governos Hugo Napoleão e Bona Medeiros zelaram pelo Banco do Estado, que prestou grandes serviços à agricultura, à indústria e ao comércio. Agora, nós Deputados e representantes federais, temos que nos organizar mais ainda para pedir o apoio do Banco Central e do Ministério da Economia para que o Banco do Estado do Piauí continue promovendo o desenvolvimento do nosso Estado.

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Muito obrigado, nobre Deputado Átila Lira, pela sua contribuição ao meu pronunciamento, lembrando, inclusive, o esforço que a bancada federal fez, acima dos partidos, no sentido de que o Governo Federal, por meio do Banco Central, fizesse a intervenção no Banco do Estado. Creio que a nossa luta deve ser no sentido de dar continuidade a esse processo de intervenção, porque, como tive a oportunidade de afirmar há pouco, não podemos permitir que esta única instituição oficial de crédito do Estado do Piauí retorne às mesmas mãos que provocaram a intervenção do Banco Central.

Sr. Presidente, ao nos irmarmos à campanha exercida pela ARBEPI, move-nos o propósito de preservar este autêntico patrimônio do povo piauiense, restituir-lhe a credibilidade outrora adquirida e fortalecê-lo como agente de desenvolvimento da economia do Estado.

Sr. Presidente, usando dos minutos que ainda me restam, gostaria de ler matéria publicada no “Informe JB”, do **Jornal do Brasil**, há muitos anos, que hoje recolhi dos meus arquivos, que, de certa forma, tem semelhança muito profunda com a situação da máquina estatal do nosso País. É a seguinte:

A FÁBULA DA ARCA

Está circulando em Brasília, inclusive sobre a mesa de alguns Ministros, um pequeno folheto onde vai contada a história de Deus, do Rei e da Arca.

Ela é mais ou menos a seguinte:

...

“Certo dia a divindade chamou o Rei e disse-lhe:

— Rei, não vou lhe dar maiores detalhes, mas seria bom que você mandasse construir, dentro de um mês, uma grande arca. Bem grande.

Informado, o Rei voltou ao palácio e falou do que lhe dissera Deus a um amigo. Dele, ouviu que existia do outro lado das montanhas da Capital um velho fabricante de arcas.

...

O velho foi chamado ao Salão Dourado e lá o Rei mandou que começasse a fazer uma arca tão grande quanto a vontade de Deus. O ancião, taciturno e silencioso, recebeu a ordem e foi embora para a sua tapera, onde já construía as melhores arcas do Reino, ainda durante a vida do bisavô do soberano.

Um dos sábios que cercava e planejava o Reino do monarca – que, como bom monarca, também era cercado por sábios – foi ao ouvido do Rei e argumentou:

— Majestade, se é a vontade de Deus, acho que seria temerário colocar todo o projeto da arca na dependência exclusiva do **know-how** do velho, cuja tecnologia, pelos últimos relatórios recebidos, parece obsoleta se comparada com o que faz nos países que estudam o assunto, apesar de, como sabemos, não fabricarem arcas. Eu aconselharia o Reino a criar um grupo de trabalho para coordenar o **Projarca**, como poderíamos chamar o projeto.

O Rei não gostava de grupos de trabalho, pois sabia que eles, dificilmente, se agrupavam para trabalhar. Mas, tratando-se de um assunto onde entrava a mão de Deus, concordou.

Quinze dias depois, o ancião já tinha pronto o estoque de madeira com a qual ergueria a arca. Técnicos do **Projarca**, porém, duvidaram da quantidade do lenho e representaram aos sábios do Rei.

Houve um atrito entre o velho e um técnico. Os sábios, preocupados com a ranhetice do ancião, foram ao Rei e solicitaram a criação de uma subsidiária para pesquisar vegetais. Ela haveria de dizer, em pouco tempo, qual o tipo de árvore a ser usado.

Resolveu-se criar a **Peskarca**. Ela teria a vantagem adicional de operar no mercado, tornando-se lucrativa. Mas, como uma empresa de pesquisa não podia ficar subordinada a um grupo de trabalho, fechou-se o grupo e fez-se uma superintendência – **Superarca**.

No vigésimo dia do prazo descobriu-se uma gigantesca roubalheira no fornecimento de equipamentos e na venda de computadores à **Superarca**, que já tinha 12 mil funcionários. Como havia pressa, não foi aberto inquérito, mas criou-se uma gerência de controle, entregue a um probo servidor que passou a ter o título de **Gerarca**.

Este demitiu 2 mil funcionários, com a ajuda de 5 mil que contratara, e informou aos sábios que, entre os técnicos da **Superarca**, havia até republicanos. Estes foram devidamente processados, com exceção de alguns poucos, que desapareceram.

...

Passados 25 dias do encontro do Rei com Deus, a **Peskarca** já dera um lucro de 2 milhões de estrelas, e a **Superarca**, graças à fábrica de bandeirinhas e à criação de pintos que mantinha nas granjas de apoio, rendera outros quatro.

O velho fabricante de arcas, esquecido, deixara de ir à Capital até que descobriu que suas verbas tinham sido repassadas ao Departamento de Relações de Imagem – **Imarca** – encarregado de defender a imagem da **Superarca**, em publicações neo-republicanas.

Foi ao Superintendente, que na época já era Vice-Rei de uma Companhia de Economia Misturada, a **Comarca**, e depois de um diálogo áspero, onde foi acusado de pretender rejeitar o sistema **Proarca**, gerado pelos computadores para encaminhar o fluxograma, acabou demitido.

...

O Rei soube da dispensa do velho no trigésimo dia do prazo, quando foi chamado por Deus.

— E a arca? – perguntou a divindade.

— O senhor precisa me dar mais 15 dias. Está tudo pronto. Temos 25 mil funcionários trabalhando dia e noite no projeto. Ainda não começamos a montagem, mas, em compensação, graças à versatilidade de nossos técnicos e de meus sábios, já ganhamos mais de 50 milhões de estrelas aproveitando os resultados marginais do projeto.

— O senhor tem mais 15 dias. Pode voltar. Mas cuide para ter sua arca no prazo.

...

De volta ao Palácio, o Rei reuniu os sábios e determinou que a **Comarca** apressasse seu trabalho. Para isso, foi instituído um grupo de trabalho interministerial.

Trabalhou-se dia e noite e, passados 10 dias, a quilha estava montada. No 12º dia, surgiu o perfil da proa. No 13º, a popa e no 14º, o chefe dos sábios, numa cerimônia fartamente ilustrada pela Gazeta da Coroa, pregou a primeira tábuia da arca propriamente dita.

Na manhã seguinte, o Rei soube que precisaria conseguir mais 10 dias com Deus. Irritou-se, tirou duas das três carruagens dos sábios e proibiu-os de usar mais de 32 vestes nas festas de cerimônia.

...

Ao alvorecer, Sua Majestade já estava à porta de Deus, à procura de um novo adiamento. Foi recebido por um santo que trouxe a má notícia:

— Não haverá adiamento. Deus já lhe deu uma prorrogação e, afinal de contas, quando mandou que fizesse a arca, já estava sendo benevolente.

.....

Descendo a caminho de seu Reino, o monarca começou a sentir que caía uma chuva fininha.

Três dias depois, continuava chovendo. O Grande Salão Dourado estava inundado, como, aliás, estava inundado todo o país. A Corte, reunida, tinha água pela cintura.

Um dos sábios, mais esperto, viu que surgia no horizonte uma pequena mancha. Era um barco, um grande barco, uma arca.

— Mandem parar aquela arca. De quem é aquela arca?

— Não adianta. É do velho Noé, aquele que trabalhava para meu bisavô. Ele não vai parar – previu o Rei.

E Noé, que em sua arca só levava bichos, foi em frente”.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, qualquer semelhança com o Brasil dos nossos dias, certamente, não será mera coincidência. Em verdade, a máquina estatal, quanto mais cresce, mais perde em eficiência. De modo que, embora possa discutir a natureza das medidas adotadas pelo Presidente Collor, ninguém pode conceber a inchação da máquina estatal com a ineficiência por todos reconhecida. É preciso que haja um enxugamento, que ela seja mais ágil, inclusive em respeito ao cidadão que a financia. Deste modo, ao fazer essa leitura, presto uma homenagem também àqueles que entendem que é preciso fazer alguma coisa de racional neste País.

Era o que tinha a dizer. (Palmas).

(Discurso do Dep. Jesualdo Cavalcanti na Câmara dos Deputados em 20.03.90.)